



BOLETIM EXTRAORDINÁRIO DO **SINDJUS-DF**

CORREIOS
IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 6652001 DR/BSB
SINDJUS-DF

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

31 de maio de 2002 - Ano 2

Filiado à **CUT/FENAJUFE**

Agência Focus



Anúncio do acordo no ato do STF, na quarta-feira

Sai o acordo, mas a greve continua

Conforme a direção do Sindjus anunciou no ato realizado no Supremo Tribunal Federal na tarde de quarta-feira, o ministro Nelson Jobim cumpriu o compromisso que havia assumido com a nossa categoria e fechou com o governo um acordo para implementar o PCS do Judiciário. Os termos do acordo foram acertados com o presidente Fernando Henrique Cardoso durante uma reunião realizada na terça-feira, dia 28. Agora só falta resolver detalhes da proposta e estabelecer o calendário para a votação do Projeto de Lei 5.314. Os principais pontos do acordo são os seguintes:

- Montante do PCS no valor de R\$ 2,4 bilhões;
- Início da implementação no próximo mês de junho, com o pagamento de uma parcela equivalente a 25% do montante;
- Pagamento do restante do plano em três parcelas: de 20%, em junho de 2003; de 30%, em janeiro de 2004; e de 25%, em janeiro de 2005;

Na conjuntura econômica de grandes restrições orçamentárias e arrocho fiscal em que está sendo firmado, esse acordo representa uma grande vitória para a nossa categoria. Recorde-se que nas últimas semanas, invariavelmente os técnicos do Ministério do Planejamento alegavam falta de recursos e não admitiam sequer iniciar a implementação do PCS este ano. Com o crescimento de nossa greve, eles acabaram concordando em liberar este ano apenas R\$ 50 milhões, assim mesmo na forma de abono. Nos termos em que finalmente foi fechado, esse acordo é um avanço e confirma a análise do Sindjus de que as restrições do governo eram mais políticas do que financeiras.

Por uma questão de segurança, no entanto, a categoria decidiu permanecer em greve até que estejam acertados todos os detalhes do acordo e se estabeleça o calendário de votação do PL 5.314. Até a terça-feira, a direção do Sindjus estará trabalhando para fechar esses pontos com o Judiciário e com as lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A assembléia geral marcada para a quarta-feira foi antecipada para a terça, às 14 h na Praça dos Tribunais.

Nesta segunda-feira, confira na página eletrônica do Sindjus a tabela salarial de implementação do PCS do Judiciário, conforme o acordo. **Home Page do Sindjus: www.sindjusdf.org.br**

A meta é fechar um acordo nos próximos dias

O Sindjus está trabalhando para fechar nos próximos dias um acordo com o governo para implementar o PCS do Ministério Público. Para que isso aconteça, a direção do sindicato se reunirá com o secretário geral adjunto da PGR, Inácio Danziato, e com os parlamentares já envolvidos na negociação, para lhes apresentar os estudos de nossa assessoria de orçamento que demonstram que o PCS do MPU pode ser implementado a partir deste ano.

Conforme já noticiamos, a

primeira proposta apresentada pelos técnicos do Ministério do Planejamento é absurda: redução de 20% no montante da proposta original e implementação parcelada a partir de fevereiro do ano que vem. As negociações poderiam estar mais avançadas se o procurador Geraldo Brindeiro tivesse assumido a sua responsabilidade e aprofundado a interlocução com o governo.

Paralelamente às negociações promovidas pelo Sindjus, os trabalhadores do MPU devem ampliar a greve no Ministério Público, pressio-

nando o procurador geral para que ele adote uma postura mais firme em favor do PCS.

Na última quarta-feira, o pessoal da Audin ampliou a sua mobilização. No mesmo dia o Sindjus promoveu reuniões na PRR, na PRDF e no MPDFT e os trabalhadores desses órgãos decidiram, por unanimidade, reforçar os piquetes nesta sexta-feira e na semana que vem.

Hoje, na segunda e na terça, vamos promover grandes manifestações na PGR, chamando o procurador Geraldo Brindeiro à responsabilidade.

Como a gente já vinha dizendo, acreditar que vamos conseguir aprovar o PCS do MPU sem luta é que nem acreditar em Papai Noel e em mula-sem-cabeça!

